

PROBLEMAS DO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO  
NAS ÁREAS RURAIS

PROBLEMAS DO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO NAS ÁREAS RURAIS

SETOR DE EDUCAÇÃO E MÃO-DE-OBRA

IPEA

Coordenador: Arlindo Lopes Corrêa

Técnicos: Cláudio Salm  
Dennis W. V. Linhares Barsted  
Edson Machado de Souza  
Francisco José Gonçalves Abreu  
Frederico Machado Amorim  
Heliette Covas Pereira  
Maria Aparecida Pourchet Campos  
Maria Terezinha Tourinho Saraiva  
Paulino Guimarães Jr.  
Sérgio Marinho Barbosa

Estagiários: Irene Loewenstein  
Luiz Roberto Azevedo Cunha

Pessoal Administrativo: Mariza Yara Cansanção Mello  
Violeta Maria Azevedo Cunha

Autores deste trabalho: Maria Terezinha Tourinho Saraiva  
Angela Maria Cunha Neves  
Heliette Covas Pereira

## INTRODUÇÃO

Os problemas de estrutura do sistema de ensino brasileiro são vários e manifestam-se, com maior ou menor intensidade, em cada estado ou em cada localidade. Daí, a necessidade de um diagnóstico da situação educacional antes que se inicie um processo de planejamento visando à solução destes problemas.

No entanto, a experiência nos demonstra que existe possibilidade de se generalizar algumas situações típicas de determinadas áreas, bem como de definir, em linhas gerais, os principais problemas que as afetam.

Tal é o caso do que comumente se chama "ensino rural" melhor dizendo, do ensino ministrado nas áreas rurais de nosso País.

O presente documento, portanto, não tem a pretensão de ser um diagnóstico das áreas rurais e dos problemas de ensino nestas áreas. Visa apresentar uma contribuição para o estudo desses problemas educacionais, formado através dos estudos, análises e experiências de campo de alguns elementos do Setor de Educação e Mão-de-Obra do Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA).

Procurando sintetizar e generalizar os principais obstáculos encontrados a este nível, o presente documento apresentará os problemas fundamentais, a nosso ver, da educação rural, esboçando suas linhas genéricas e sugerindo soluções.

Espera-se, dessa forma, deixar claro que não se tem pretensões de exaurir o tema, mas, apenas, de fornecer subsídios para seu diagnóstico mais detalhado. Não se pretende, da mesma maneira, ditar ou impor soluções, pois é sabido que as mesmas só poderão ser aplicadas com acerto caso encontrem eco na realidade local.

Baseados, assim, nessas premissas, chegamos à construção do quadro sinótico que se segue, e que é a síntese da problemática da educação rural, a nosso ver.

PROBLEMAS DO ENSINO BRASILEIRO NAS ÁREAS RURAIS

Quadro Sinótico

- |   |   |  |
|---|---|--|
| 1 - PROBLEMAS FÍSICO-MATERIAIS  | } | <ul style="list-style-type: none"><li>a) Utilização Irrracional do Espaço Escolar.</li><li>b) Carência (ou ausência) de Material Didático e Escolar.</li><li>c) Precariedade de Instalações Complementares, como Mobiliário, etc...</li><li>d) Falta de Flexibilidade do Ano Letivo.</li></ul>   |
| 2 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM O CORPO DOCENTE                          | } | <ul style="list-style-type: none"><li>a) Não Fixação do Professor à Localidade em que Leciona - Mobilidade do Professor.</li><li>b) Grande Percentual de Regentes de Classe Leigas.</li><li>c) Salários Baixos para o Corpo Docente.</li><li>d) Falta de Condições Mínimas para um Bom Rendimento do Corpo Docente (Moradia, Transportes, etc.).</li></ul>                     |
| 3 - PROBLEMAS RELACIONADOS AO APROVEITAMENTO ESCOLAR                    | } | <ul style="list-style-type: none"><li>a) Grau Elevado de Evasão e Repetência.</li><li>b) Currículos Planejados de Forma Alheia à Realidade Local.</li><li>c) Critérios de Promoção Irreais.</li><li>d) Turmas Heterogêneas em uma Mesma Sala.</li><li>e) Carência de Alimentação Suficiente e Precárias Condições de Higiene.</li><li>f) Atividades Extra-Escolares.</li></ul> |
| 4 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM A LIGAÇÃO DA VIDA DOMÉSTICA COM A ESCOLA | } | <ul style="list-style-type: none"><li>a) Falta de Ligação Entre a Vida Doméstica e a Vida Escolar das Crianças.</li><li>b) Alto Índice de Analfabetismo dos Pais.</li></ul>  |
| 5 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS                | } | <ul style="list-style-type: none"><li>a) Escolas Localizadas sem Planejamento, em Locais de Baixa Concentração Demográfica.</li><li>b) Distância da Casa à Escola.</li><li>c) Falta de Meios de Transporte Adequados.</li></ul>  |
| 6 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM A INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-DE-ESCOLA        | } | <ul style="list-style-type: none"><li>a) Grau de Analfabetismo da Comunidade.</li><li>b) Currículos Divorciados da Realidade Local.</li><li>c) Inadequação dos Conhecimentos Adquiridos, Dificultando seu Emprego.</li><li>d) Desinteresse da Comunidade em Relação à Escola.</li></ul>  |

## 1 - PROBLEMAS FÍSICO-MATERIAIS

### a) Utilização Irrracional do Espaço Escolar

Constata-se que as escolas primárias localizadas na área rural são, em sua maioria, de uma sala de aula. Isto se reflete diretamente na qualidade do ensino e na quantidade de alunos que as mesmas podem abrigar.

Coloca-se, então, como prioridade absoluta a aceleração do ritmo de construção de novas unidades escolares, muitas vezes perpetuando o erro de construí-las ainda com apenas uma sala de aula. Esta solução, além de onerar sobremaneira os cofres públicos, não oferece, a curto prazo, uma solução para o problema. Indubitavelmente, sabe-se que as escolas de uma sala são condenáveis, tanto sob o aspecto pedagógico como sob o aspecto de intensificação de matrículas. No primeiro caso, formam-se as turmas heterogêneas, que sacrificam o rendimento do aluno e a qualidade do ensino. No segundo caso, devido à falta de professores e às longas distâncias, o máximo que se consegue matricular nas escolas de uma sala são duas turmas - em turnos diferentes - devido às longas distâncias que os alunos frequentemente têm que percorrer para chegar à escola.

No entanto, em alguns dos casos observados, seria bastante fácil resolver o problema mediante o uso mais racional deste espaço escolar disponível.

Casos há em que funciona, em um vasto pavilhão de 40 a 60 m<sup>2</sup>, apenas uma turma, via de regra heterogênea. Seria muito mais razoável a subdivisão deste espaço em 2 salas de aula, facilitando toda uma série de medidas quantitativas e qualitativas tais como a classificação dos alunos por idades próximas e grau de aproveitamento, a matrícula de crianças até então fora da escola, etc. Existem mesmo esquemas - denominados de utilização intensiva do espaço escolar - que, mediante alguns artifícios, abrigam até 6 turmas em escolas de 2 salas.

Em outros casos, a escola é utilizada apenas na parte da manhã, permanecendo ociosa na parte da tarde e à noite, enquanto a população infantil e mesmo a adulta não dispõem da menor escolarização. Certamente não seria difícil recrutar-se, dentre os elementos mais cultos da comunidade, alguém que pudesse ministrar

as aulas à tarde e à noite para as séries mais avançadas e para o supletivo.

Outra solução seria a construção de um espaço coberto para o qual o investimento seria mínimo - ao lado da sala única, onde as crianças poderiam alternar-se, facultando à escola abrigar, quase simultaneamente, mais uma ou duas turmas.

De qualquer forma, tais sugestões são sempre de caráter provisório, visando solucionar problemas imediatos. O ideal seria a construção de mais uma sala de aula ao lado da outra, ampliando, desta forma, a capacidade de atendimento e permitindo uma boa qualidade de ensino. Sugestões mais pormenorizadas poderão ser encontradas no documento do IPEA sobre "Uso Intensivo do Espaço Escolar".

b) Carência - ou Ausência - de Material Didático e Escolar

Um outro problema que afeta diretamente o nível do ensino nestas áreas é a carência - e, em alguns casos, a própria ausência - de material didático e de material escolar.

Sabe-se bem que a professora, sem quaisquer recursos para ilustrar suas aulas e motivar os alunos, consegue um rendimento mais baixo que o esperado. No entanto, apesar do reconhecimento tácito deste fato, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Na maioria das localidades rurais, apesar do Ministério e das Secretarias de Educação e Cultura disporem de um serviço específico para fornecimento de material didático e escolar, este material não chega a alcançá-las com frequência em face das distâncias e falta de transporte.

A professora vê-se, assim, obrigada a comprar com seus próprios recursos, já escassos, o material didático - quando o encontra - ou a confeccioná-lo com suas próprias mãos, e na maioria das vezes sem conhecer a orientação correta do seu uso.

c) Precariedade de Instalações Complementares, Mobiliário, etc...

As escolas situadas na área rural, na sua maioria, não possuem instalações complementares satisfatórias.

Quanto ao mobiliário escolar, ou é inadequado ou não existe. Bancos longos, sem encosto; cadeiras presas às mesas são em geral o equipamento daquelas escolas.

✓ O mobiliário escolar deve merecer atenção, pois vai atender alunos em idade de crescimento. O mais indicado é a mesa separada da cadeira, para que seja ajustada por cada um.

Sabe-se que muitas vês a escola deixa de ser equipada por dificuldade de transporte. A comunidade deve, portanto, ser estimulada para que participe na solução dos problemas da escola, colaborando no sentido de, com seus próprios recursos, auxiliar no transporte ou mesmo em doações ou cessão de material especialmente mobiliário, indispensáveis ao funcionamento da mesma.

#### d) Falta de Flexibilidade do Ano Letivo

Se nós detivermos no estudo das escolas da área rural, veremos o divórcio existente entre os padrões de ano letivo e as necessidades dos alunos e de suas famílias. Em determinadas épocas do ano, em que exercem a principal atividade econômica da região (geralmente vinculada à agricultura) as escolas encontram-se quase vazias, com pouquíssimos alunos frequentando as aulas, pois estão ajudando seus familiares.

Há pois necessidade de flexibilidade do ano letivo, de modo a impedir a evasão e a reprovação, uma vez que a criança, ao se afastar, é prejudicada no seu aproveitamento escolar.

Esta medida não é contrária a nenhuma disposição legal. A comunidade poderá planejar seu próprio ano letivo, de acôrdo com as necessidades locais.



## 2 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM O CORPO DOCENTE

### a) Não Fixação do Professor à Localidade em que Leciona - Mobilidade do Professor.

As escolas da área rural muitas vezes fecham as portas por falta de professores. Os professores formados não querem se deslocar para as áreas rurais. De modo geral, essas escolas são ocupadas por leigos. Assim mesmo, assim que aparece a primeira oportunidade eles se transferem. A fim de fixar o professor em áreas rurais é necessário:

- a) a revisão do salário, do qual deverá ser anexada uma gratificação para as escolas de difícil acesso;
- b) residência condigna cedida pelo Estado ou alugada a baixo preço;
- c) assistência permanente (tanto social como pedagógica);
- d) divulgar o papel do professor na comunidade, de modo a que esta o auxilie e o apoie.

É de todo interesse incentivar os rapazes para a carreira do magistério primário. Seu deslocamento para o interior e fixação nas áreas rurais apresenta maior facilidade. Essa motivação só existirá, entretanto, se houver incentivo financeiro condizente com a situação de chefe de família que ocupa na sociedade.

A ampliação da escola de uma para duas salas, além de influir positivamente na qualidade do ensino, concorrerá para a fixação dos professores, que tendo uma companhia, sentir-se-ão mais motivados a continuar prestando seus serviços nessa área.

Outro sério problema que ocorre em todo o País e, com grande incidência, na área rural é a transferência do professor no início do ano letivo. Em consequência desse fenômeno ocorre a primeira evasão: parte das crianças matriculadas, abandonam a escola, por não ter atendimento imediato.

Se ~~compararmos~~ <sup>compararmos</sup> a matrícula inicial com a geral, verificamos que há um decréscimo de 5%, ocasionado, justamente pelo hiato entre a transferência do professor e a designação do outro, que às vezes ocorre em abril, maio e mesmo junho, quando a escola começa a funcionar.

É indispensável uma providência para impedir o deslocamento no início ou durante o ano letivo. A remoção do corpo docente deve ser efetuada no período de férias a fim de permitir a designação de novos professores para as áreas desguarnecidas, de modo que as escolas iniciem seu ano letivo na época prevista, evitando dêsse modo a deserção imediata.

#### b) Grande Percentual de Regentes de Classe Leigas

As escolas localizadas nas zonas rurais da população dispersa são, quase sempre, atendidas por professores leigos. Embora se objective, a longo prazo, a qualificação em nível médio legal de todo o corpo docente de ensino fundamental comum, é imprescindível, a curto e médio prazos, o aproveitamento dos professores leigos, com experiência de magistério.

Entre as causas que concorrem para a reprovação em massa dos alunos está incluída a má qualificação do corpo docente. É indispensável que seja oferecido aperfeiçoamento constante ao professor leigo. A organização de cursos intensivos de treinamento, com bôlsas de estudo e vantagens ulteriores paralelas ao seu aperfeiçoamento deverá ser intensificada com vastos recursos federais e a cooperação solidária de órgãos estaduais, num programa de ação conjunta.

Outro modo de propiciar treinamento seria através da TV. Existe, ainda, a necessidade de um serviço constante de supervisão quanto à modernização de métodos e técnicas pedagógicas, pois o afastamento por longo tempo dos centros culturais (geralmente sedes de municípios ou distrito) influi para sua estagnação e mesmo regressão.

#### c) Salários Baixos para o Corpo Docente

##### Salários do Corpo Docente Rural

É fato comprovado que o magistério é muito mal remunerado. Sabe-se que uma das causas dêsses baixos salários é o grande contingente de professores, onerando muito o Orçamento. Qualquer aumento proposto, ainda que pequeno, acarretará uma despesa excessiva com Pessoal para os Cofres Públicos. Por sua vez, o magistério particular é mantido na mesma situação e, por vêzes, até pior,

porquanto se aproveita do nível mantido pelo Estado para justificar seus baixos níveis salariais e a oferta é maior do que a procura, devido ao grande número de escolas normais particulares, notadamente nos grandes centros urbanos.

Em consequência dessa situação, os salários permanecem baixos, provocando um grande desinterêsse pela profissão que vem se acentuando nos últimos anos, aumentando cada vez mais o número de normalistas que abandonam o magistério. Muitas são obrigadas a trabalhar em escolas particulares (cujo níveis salariais, como já dissemos, não são melhores) em horários alternados, para complementar sua renda, o que baixa sensivelmente sua produtividade no sistema escolar público, repercutindo desfavoravelmente na qualidade do ensino. E este ainda é dos males o menor, pois a normalista ainda se encontra no sistema de ensino. Pior é quando as mesmas, atraídas por outras ocupações com salários bem mais elevados (bancárias, esteno-datilógrafas, secretárias, etc.) abandonam totalmente o magistério, deixando milhares de crianças sem escola por falta de mestres.

Para que sejam alcançados os objetivos visados na educação de nível primário é indispensável a reavaliação dos salários dos professores, bem como proporcionar condições para desviar do professor despesas que ele assume para cumprir seu trabalho, tais como: residência, transporte, material escolar e didático.

Ganhando muito pouco e sendo obrigado a despender parte de seus vencimentos com aluguel, transporte e material, além de passar longos e longos meses e mesmo anos sem receber, o professor desinteressa-se da profissão, abandonando-a ou rendendo muito pouco, por desestímulo. O caso das professoras leigas, cujo salário não chega realmente a ser um salário, mas é mera bonificação, deve ser estudado à parte, bem como o caso das professoras contratadas pelas municipalidades.

d) Falta de Condições Mínimas para um Bom Rendimento do Corpo Docente (Moradia, Transportes, etc.)

O deslocamento da professora do seu núcleo familiar, o que ocorre com frequência, cria o problema da nova moradia.

Ou esta nova casa inexistente, ou existindo rica fora dos poucos recursos de que dispõe uma professora rural.

As construções rurais, obrigatoriamente, devem prever dois tipos de moradias:

- casa anexa ou próxima às escolas agrupadas ou reunidas, e que sirva ao corpo docente;
- dependência para a professora, no corpo da escola, quando esta fôr isolada.

Em ambos os casos, deve ser previsto um mobiliário simples e básico que assegure um mínimo de conforto, compatível com o status do professor.

Presente deve estar sempre a circunstância de que a professora de uma escola rural, precisa ser um agente ativíssimo de civilização, que vai suprir as influências externas <sup>competentes</sup> ~~competentes~~ do processo de educação urbana e que inexistem no meio rural. É indispensável que se lhe dê condições humanas para que ela, depois, processe a humanização do campo.

### 3 - PROBLEMAS RELACIONADOS AO APROVEITAMENTO ESCOLAR

#### a) Grau Elevado de Evasão e Repetência

Entre os grandes problemas da educação de nível primário estão os da reprovação e evasão. Os índices de reprovação atingem 41,4% do total de matrículas gerais. A deserção imediata corresponde a 14% da matrícula geral e a deserção ao longo do curso é assustadora, pois de cada 100 alunos que ingressam na 1ª série primária, apenas 18 chegam a 4ª série do mesmo nível.

Vários fatores concorrem para isso. São de origem interna:

- má qualificação do corpo docente; horários reduzidos; currículos inadequados, divorciados da realidade ambiente, especialmente na zona rural; escolas de uma sala de aula; falta de material escolar; falta de supervisão pedagógica; programas excessivos; critério de promoção altamente seletivo; mobilidade do professor;

Há ainda os fatores exógenos ao sistema escolar:

- características individuais do aluno (níveis de saúde mental e física) condições econômicas da família (necessidade de participação na força de trabalho, embora com menos de 14 anos, principalmente na zona rural e sobretudo nas épocas de plantio e colheita); nível econômico impedindo a compra de calçados, roupas, alimento, material escolar; meio ambiente desfavorável (nível cultural dos pais e da comunidade); dificuldade de acesso à escola (dispersão demográfica e falta de transporte).

Os deficits de escolarização na zona rural são elevados. Observando-se os dados relativos à matrícula nas diversas séries do curso primário, nota-se que a deserção imediata se mantém elevada no decorrer de todas as séries do curso primário, o que não ocorre com a deserção mediata - entre uma série e outra - que é mais intensa entre a 1ª e 2ª séries.

Relativamente às reprovações, observa-se que sua incidência é elevadíssima na 1ª série, atingindo cerca de 45% das matrículas efetivas e decrescendo nas demais séries.

A ação conjunta da deserção imediata, da reprovação e da

deserção mediata traduz-se pela perda maciça de efetivos discentes ao longo do curso e pela obtenção de uma percentagem reduzida de conclusões de curso.

Grande parcela da população infantil brasileira procura a escola, mas a abandona rapidamente por não lhe ser útil ou por não ser possível continuar os estudos.

No primeiro caso, o fato deriva do baixo nível educacional dos pais, da inadaptação dos currículos, da ineficiência dos professores e do alto índice de reprovação. No segundo, decorre da existência de escolas de uma sala de aula, dos baixos níveis de saúde da população infantil e da necessidade de participar muito cedo da força de trabalho.

Embora se devam envidar esforços para que todos os brasileiros tenham oportunidade de ingressar na escola quando atingem a idade escolar, é indispensável que maiores esforços sejam dispendidos para que eles não se evadam, pois só a permanência na escola eliminará a frustração, as tensões sociais e os preparará convenientemente para a vida. Sabemos que a reprovação escolar é muitas vezes causa do abandono das escolas, antes mesmo que o aluno tenha adquirido atitudes indispensáveis à vida em sociedade, o que representa, para esta, perda de material humano preparado para atender às suas exigências sempre crescentes.

A atual organização da escola primária acarreta o congestionamento do sistema pelo elevado índice de repetências. Acresce ainda que a permanência de grande massa de alunos repetentes na escola cria, também, vários outros problemas de ordem técnica, administrativa e econômica: a formação de classes com alunos das mais diversas idades, prejudicando o desenvolvimento das atividades escolares; a superlotação das turmas para que se possa atender, em parte, ao novo contingente que procura a escola e a má aplicação de recursos financeiros com a manutenção de um regime escolar ineficiente.

É portanto, urgente e necessário que os problemas que causam a repetência e a deserção sejam solucionados. Além do benefício que isto trará para o aluno, a baixa do índice de reprovação descongestionará o sistema pela diminuição da repetência, aumentando, deste modo, o número de matrículas novas.

b) Currículos planejados de forma alheia à realidade local

Um dos grandes problemas que suscitam controvérsias no terreno da educação rural de nível primário é o do currículo. As grandes questões a este nível são as seguintes:

1) deve o currículo ser nacional, de tal forma que sirva como elemento de unidade a todos os brasileiros?

2) deve o currículo ter uma base comum, sendo adaptado a cada realidade regional ou local?

3) deve o currículo ser feito para a realidade rural ou estruturado em função de uma provável migração campo-cidade, visando a integração do aluno ao ambiente urbano, preparando-o para a vida na cidade?

Existe argumentação farta para tôdas estas hipóteses. No entanto, elegeu-se a segunda como a mais viável para a realidade nacional por várias razões:

Os currículos atuais são profundamente divorciados da realidade local. Resulta daí que a comunidade reage contra a escola, não vendo razão para sacrificar-se e fazer os filhos ingressarem na mesma, pois "não vêem vantagens práticas no aprendizado escolar"; há desestímulo para as crianças, que não se identificam com o que aprendem: decoram, não assimilam e esquecem assim que saem da escola, ou até mesmo quando saem da série em que aprenderam aquêles conhecimentos; há separação entre alunos e professor, que não pode servir-se do currículo como mais um elemento de sua integração com os alunos e a comunidade.

Por sua vez, a importância de haver um substratum comum que sirva de base para uma unificação mínima dos currículos é fundamental. Os princípios pedagógicos, baseados na capacidade de apreensão da pessoa humana, são os mesmos fundamentalmente e apenas sua forma de concretização deve ser modificada em função de uma adequação à realidade local ou regional (determinadas matérias como prioritárias, linguagem, etc.). Existe no País um mínimo que deve ser comum a todos os currículos, quer sejam ministrados no Norte, Leste ou Sul ou sejam urbanos ou rurais.

Desta forma, se atingirá os objetivos implícitos nas duas outras hipóteses - na primeira, a integração básica nacional e na segunda a possibilidade de dotar o provável migrante de subsídios

que lhes facilitem a aculturação na cidade - sem as desvantagens inerentes às mesmas - na primeira, uma excessiva homogeneização que não leva em conta as diferenças locais e regionais e, na segunda, o estímulo à migração para as cidades já superpovoadas.

c) Carência de Alimentação Suficiente e Precárias Condições de Higiene.

O baixo nível aquisitivo aliado à falta de orientação para uma boa alimentação sob o ponto-de-vista qualitativo é observado, frequentemente, nas populações das áreas rurais. Esses fatores influem de maneira negativa na saúde, interferem no desenvolvimento físico das crianças, prejudicam o aproveitamento escolar.

A escola da área rural poderá prestar inestimáveis serviços, formando hábitos de boa alimentação (qualidade e quantidade) nas crianças que as frequentam, e que se estenderão à família.

Campanhas educativas poderão ser desenvolvidas com grande resultado. Além disso, a escola deverá oferecer refeições e/ou merenda aos alunos, em quantidade adequada e composta de alimentos que venham a suprir as necessidades de um ser em desenvolvimento.

Parece-nos importante frisar que a oportunidade que a escola tem, de formar nos seus alunos, hábitos de uma boa alimentação é tão importante quanto o fornecimento da merenda, uma vez que a saúde e educação são interdependentes: uma depende da outra para atingir seus objetivos.

d) Turmas Heterogêneas em uma Mesma Sala

Já abordamos o problema das turmas heterogêneas em consequência das escolas de uma sala de aula, nas áreas rurais.

Com a sugestão de ampliação para duas salas, possibilitando o atendimento a seis turmas, conforme apresentado no documento do IPEA intitulado "Uso Intensivo do Espaço Escolar", poder-se-ia conseguir uma maior homogeneidade na organização das turmas. Sempre que possível, é recomendável agrupar os alunos atendendo à idade cronológica e ao nível de escolaridade, medido por meios de testes. Dêsse modo, serão conseguidos grupos com interesses iguais e aproximadamente com a mesma bagagem de experiência intelectual, o que virá facilitar em muito o trabalho do professor.



## e) Critérios de Promoção Irreais

### Sistema de Promoção

A escola primária brasileira se apresenta altamente seletiva, estabelecendo padrões muito elevados para o acesso às diversas séries que a compõem e exigindo que alunos de capacidade de aprendizagem diferente vençam, num determinado prazo, igual para todos, um único programa de estudos.

Aquêles que não conseguem, por vários motivos, alcançar um grau de conhecimentos considerado desejável, são reprovados.

A atual organização da escola primária acarreta o congestionamento do sistema, pelo elevado índice de repetências.

O sistema de promoção em vigor na maioria dos Estados brasileiros é o seriado. Para ser promovido de uma série a outra, o aluno tem que vencer, num ano letivo, uma quantidade fixa de conhecimentos, sem se levar em conta a capacidade de aprendizagem de cada aluno e o esforço por êle despendido durante o ano. Uma prova aplicada ao fim de cada série é o único instrumento para decidir da aprovação e reprovação do aluno. Se êle não vence o obstáculo que lhe é apresentado, é reprovado e terá que voltar ao ponto de partida do ano anterior, mesmo que tenha dominado parte do programa.

Em alguns Estados brasileiros já foram realizadas experiências relativamente à promoção por avanços progressivos - no que diz respeito ao nível de escolaridade - e automática, em relação ao ano escolar. Nesse critério, a criança prossegue no processo de aprendizagem dentro de suas possibilidades, obtendo, ao final do número de anos que o Estado lhe ofereceu, o máximo que suas condições de ritmo e capacidade permitiram.

Para que êsse sistema tenha êxito é indispensável o preparo do professor, que terá que utilizar técnicas e material apropriados, tendo em vista as diferenças individuais, a modificação dos objetivos das provas, a diversificação dos programas.

Somente com a adoção de um novo sistema, acompanhado da recuperação dos alunos deficientes durante os períodos das férias escolares, será possível ao País, em curto prazo, universalizar a escola primária.

Não é justo, nem admissível, que se continue a aprovar

ou reprovar em função de uma prova no final do ano letivo. O julgamento do professor deverá ser fator primordial na promoção.

Os alunos que fôsssem considerados pela professora, como aptos a cursar a série seguinte, tendo em vista o esforço dispendido durante o ano letivo e o domínio das principais áreas do programa, seriam promovidos automaticamente.

Para isso é necessário que a professora leve em conta os principais objetivos do programa e os conhecimentos indispensáveis à formação e informação do aluno e que não se prenda a minúcias sem valor ou a tarefas maiores do que as possibilidades do estudante permitam.

Aquêles por ela julgados como deficientes em certas áreas do programa, fariam uma recuperação no período das férias escolares, com vistas ao ingresso na série imediata, no início do próximo ano letivo. Dêsse modo só uma parcela menor, realmente sem possibilidades, constituiria o grupo dos repetentes.

Esse procedimento diminuiria o congestionamento do sistema, pois a maioria dos alunos fluiriam naturalmente, aumentando as oportunidades de novas matrículas e possibilitaria a aplicação melhor e com mais rendimento dos recursos destinados à educação.

#### f) Atividades Extra-Escolares

Nas escolas primárias da zona rural, geralmente, uma só professora atende alunos de todos os níveis. Ou ela os grupa numa só turma e os atende ao mesmo tempo ou os divide de acordo com o adiantamento e os atende separadamente. Desta segunda atitude resulta que os grupos não chegam a ter nem 2 horas de aula. Se, entretanto, despertarmos o interesse pelas atividades extra-escolares, enquanto a professora estiver atendendo a um grupo, outro estará desenvolvendo atividades agrícolas, um outro poderá trabalhar em modelagem de barro ou em outras atividades de seu interesse.

A ABCAR está desenvolvendo, através de seus Clubes dos 4 S, um excelente programa e atualmente, as professoras das áreas rurais têm a função de líder da comunidade, motivando e encaminhando os jovens para aquele programa. Seria de todo interesse que além de serem desenvolvidos projetos isolados como atualmente, fôsse dada ênfase a um projeto de grupo próximo à escola, que seria

desenvolvido pelos alunos na hora complementar e que, além de mantê-los sadiamente ocupados, traria inúmeros benefícios à escola, auxiliando a merenda escolar, aproximando a comunidade da escola e integrando a escola à comunidade. Para isso, no entanto, as professoras deverão receber material (ferramentas, sementes, etc.) ao menos para iniciar o trabalho com seus alunos.

4 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM A LIGAÇÃO DA VIDA DOMÉSTICA COM A ESCOLA.

a) Falta de Ligação Entre a Vida Doméstica e a Vida Escolar das Crianças

O baixo poder aquisitivo da grande maioria da população rural aliado à dificuldade de encontrar material didático no meio em que vive, torna o aluno desguarnecido dos mais rudimentares recursos (papel, lápis, etc.); ~~As~~ distorções dos índices de renda per capita (quando grandes empresas se sediam em regiões povoadas oferecendo portanto, para o cálculo, dividendo alto e divisor baixo) e funcionando êsses índices como indicadores para distribuição de recursos federais; ~~A~~ subnutrição decorrente da baixa renda familiar, e do fato de todos os seus membros se ocuparem fora de casa, somado à falta de educação alimentar adequada - exigem do administrador escolar uma série de providências que anulem ou diminuam os efeitos negativos que êsses fatores, fatalmente, terão sobre a aprendizagem e o rendimento escolar.

Será necessário:

- instituir cooperativa escolar como posto de revenda, de tal modo que se possa oferecer, gratuitamente, o material aos menos favorecidos economicamente. A previsão terá que ser feita com antecedência que garanta a presença do material no início do ano letivo;
- implantar o Banco de Livros onde, por sistema de rodízio, o mesmo livro sirva vários anos a vários alunos;
- polarizar e dinamizar todos os recursos financeiros e humanos da comunidade;
- fornecer merendas ou refeições substanciais convocando, se necessário, as famílias para o preparo e para o consumo, no dia em que a mãe estiver dedicada a êsse mis-

ter. Tal medida irá se constituir numa espécie de retribuição pelos serviços prestados ao mesmo tempo que se fará um programa de educação alimentar, capaz de modificar as dietas extremamente restritas.

A ponderável parcela de mão-de-obra infantil na força de trabalho e a prioridade que a família dispensa a êsse reforço na renda familiar, sobrepondo-o às obrigações escolares, impõem uma adequação do ano escolar tendo em vista as tarefas a que a maioria dos alunos se dedica.

Se a atividade de plantio ou de colheita se prolongar por muito tempo, sugere-se a mudança provisória da escola para local bem próximo às bases de trabalho e a adoção de horário vespertino ou no turno para as aulas.

Nesse período a ação do trabalho escolar deve - mais do que nunca - se refletir de maneira positiva no rendimento do trabalho que a criança executa. A par das habilidades de ler, escrever, contar, da formação de atitudes desejáveis, da interpretação correta dos fenômenos simples da natureza, a criança deve ter uma segura iniciação ao trabalho.

#### b) Alto Índice de Analfabetismo dos Pais.

A elevada incidência de analfabetismo rural, faz com que os proclamados valores da escola não sejam reconhecidos.

A defasagem entre as informações que a escola dá aos alunos e a aplicação desses conhecimentos no seu trabalho ou no de sua família, contribui para que não haja a necessária mudança de atitudes básicas.

Técnicas de leitura e de escrita são componentes importantes desse processo de mudança.

Enquanto são exercidos sobre as crianças - de maneira racional, vinculando-se sempre às atividades principais da comunidade - outros recursos devem ser empregados para reduzir a demora cultural do grupo.

Programas de rádio, demonstrações práticas sobre meios mais racionais de cultivo ou de colheita, exposições com palestras curtas e encenações de peças de teatro amador, etc. servirão de meios que permitam ao analfabeto viver melhor em uma sociedade que se moderniza rapidamente.

## 5 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM A LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS

### a) Escolas Localizadas sem Planejamento em Locais de Baixa Concentração Demográfica.

A localização das unidades escolares geralmente não obedece a um planejamento racional.

O Censo Escolar é um poderoso instrumento para indicar os locais onde há necessidade de novas construções ou de ampliação das já existentes. Nas áreas rurais concentradas é fácil, após um levantamento, determinar a necessidade de novas escolas.

Na área rural dispersa o problema assume, realmente, proporções mais difíceis.

Nas áreas rurais de demografia concentrada é recomendável a ampliação das escolas de 1 para 2 salas, enquanto que na área rural de baixa densidade demográfica é aconselhável multiplicar as escolas de 1 sala, tendo em vista evitar que o aluno percorra um grande trajeto para chegar à escola.

Há um aspecto que não pode ser esquecido ao se focalizarem os problemas de educação da área rural - é o da migração, motivada pelo plantio e pela colheita. Assim, em determinada época, há o deslocamento de pessoas para determinado ponto, ali se fixando, em função das atividades agrícolas. Ali permanecem até a colheita. Às vezes, após a 1ª ou 2ª colheita, eles voltam a se deslocar, por terem cessado as condições favoráveis. E a escola que foi construída para atender àquela população que não era fixa, fecha as portas, por não possuir mais clientela.

Talvez seja uma solução a escola desmontável ou então a "escola-vagão".

### b) Distância da Casa à Escola

Ao se planejarem as novas construções escolares é preciso levar-se em conta as distâncias percorridas pelos alunos que não deverão exceder de 3 km.

Influem negativamente, na aprendizagem, as distâncias excessivas. Daí a indicação de construção de escolas de 1 sala, ao invés da ampliação das já existentes, nas áreas rurais dispersas, a fim de diminuir as distâncias entre as casas dos alunos e a escola.

c) Falta de Meios de Transporte Adequados.

Embora seja problema de difícil solução, o transporte escolar deverá constituir preocupação dos responsáveis pelos sistemas educacionais.

É importante optar entre construir novas unidades nas áreas de população dispersa ou fornecer a viatura para transportar os escolares até as escolas localizadas em vilas ou cidades próximas. Evitar-se-iam dêsse modo, os problemas referentes ao deslocamento do professor para áreas de população rarefeita e à supervisão dêste professor que, geralmente, fica abandonado.

## 6 - PROBLEMAS RELACIONADOS COM A INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-ESCOLA

### a) Grau de Analfabetismo da Comunidade.

O problema da integração da escola na comunidade prende-se, evidentemente, ao nível cultural desta comunidade, e à importância que é atribuída à educação pelo conjunto social.

Como a realidade brasileira se caracteriza pelo baixo nível cultural e educacional das comunidades, a escola torna-se um elemento divorciado desta realidade e é atribuída uma importância secundária à cooperação comunitária para com a escola.

No entanto, existe uma contrapartida, que contribui enormemente para agravar o problema. São as características do próprio sistema escolar brasileiro.

De fato, problemas tais como o planejamento de um currículo divorciado da realidade e não adaptado às necessidades rurais, a mentalidade do professor, formado quase sempre em escolas normais situadas em contexto urbano, os programas que não levam em conta a capacidade de aprendizagem das crianças do meio rural, etc. impedem que a escola seja considerada organismo útil às realidades concretas do homem do campo.

Em tópicos posteriores, desenvolveremos os demais aspectos que impedem a participação da comunidade nas atividades da escola ressaltando seus diversos aspectos e tentando encaminhar soluções.

### b) Currículos Divorciados da Realidade Local.

Todos sabem que uma das principais características dos currículos brasileiros é o seu desvinculamento da vivência a que a criança é submetida no dia a dia, no lar e na sociedade em geral.

Várias são as causas deste fenômeno. Em primeiro lugar, são elaborados geralmente nas capitais, em contextos tipicamente urbanos e por pessoas cuja vivência é, em sua quase totalidade, citadina. Em seguida, são entregues a um corpo docente que se divide em professoras formadas em escolas normais com padrões urbanos e distanciadas das comunidades interiores e em professoras leigas, sem nível de qualificação, incapazes de adaptar as orientações gerais do currículo às necessidades locais.



De forma geral, o currículo não atende às características da vida local, aos hábitos e costumes da comunidade rural e as suas necessidades de trabalho. Não prepara as crianças para se fixarem em seu local de nascimento e não as motiva para fazê-lo progredir, antes estimulam o êxodo rural-urbano, que causa o congestionamento das cidades.

É preciso, pois, para sanar tal falha, capacitar as professoras a transformar em programas adequados os currículos recebidos e lutar para que exista uma diversificação maior dos currículos destinados às áreas urbanas e rurais.

c) Inadequação dos Conhecimentos Adquiridos, Dificultando seu Emprêgo.

Ao se pensar na relação comunidade-escola como uma meta altamente desejável, deve-se ter em mente, de início, que um dos fatores do divórcio existente, é a distância entre a prática cotidiana do aluno e sua família e a teoria ministrada na escola,

Já nos referimos à necessidade de adequar o currículo ao meio-ambiente, tornando-o flexível; desejamos agora frisar a necessidade de ministrar os conhecimentos à criança de tal forma que ela os identifique com sua vida em comunidade.

Encontramos matérias curriculares que encontram em sua relevância para o dia a dia sua justificativa em qualquer currículo, seja ele urbano ou rural. O que é preciso modificar, no caso, é a forma de ministrar estas matérias. A matemática é um bom exemplo, no entanto, frequentemente o aluno sai da escola sem saber realizar com a rapidez e certeza necessárias, os cálculos para sua vida cotidiana; não se estimula o raciocínio matemático, grande auxiliar na vida prática, mas o saber de cor certas fórmulas e modelos de problemas totalmente alienados da realidade.

d) Desinterêsse da Comunidade em Relação à Escola.

Em decorrência do exposto os pais não vêem utilidade alguma em enviar os filhos à escola. Com efeito, a mentalidade predominante é a de que "escola é perda de tempo" ou, na melhor das hipóteses "atividade das horas em que não há coisa mais importante". Exemplos flagrantes desta atitude são a matrícula tardia na escola

e a evasão temporária nas épocas de plantio e colheita do (s) produto (s) local (is).

No entanto, a criança com escolarização numa comunidade com elevado índice de analfabetismo é justamente o papel difusor de cultura e educação, o estímulo à renovação de hábitos, a introdução de idéias atualizadas na área da produção, enfim, o espírito renovador e a destruição dos preconceitos anticientíficos.

Se a comunidade não sente esta relação entre sua vida e os ensinamentos ministrados na escola esta continuará a ser sempre um organismo estranho onde se manda os filhos devido à coação da Lei de Obrigatoriedade Escolar.

A importância da integração comunidade-escola se reflete de várias maneiras, mas principalmente no problema dos auxílios que esta pode obter da comunidade.

O termo auxílio tem, no entanto, sentido bastante amplo. Os auxílios da comunidade à escola podem consubstanciar-se de diversas maneiras:

#### Auxílio Financeiro

Existe uma idéia tácita nas comunidades quanto à obrigação do Estado ou do Município custearem sòzinhos o ensino, notadamente ao nível primário. Embora a maior responsabilidade deva de fato, ser atribuída aos órgãos públicos, a comunidade deverá zelar pela conservação do patrimônio escolar, pelo conforto e bem-estar das crianças ali matriculadas e destinar doações periódicas à escola, seja através de doações particulares com maiores recursos (industriais, fazendeiros, etc.), seja através de quermesses, festas, rifas, promovidas por pessoas de iniciativa, cujo lucro reverta para a escola.

#### Auxílios in Natura

Existem casos de comunidades pobres que não podem contribuir financeiramente. Estas comunidades teriam plenamente preenchido seu papel auxiliar com a garantia de alimentos para a merenda das crianças, com seu trabalho na limpeza e conservação dos prédios, preparação da merenda escolar, parte de material para construção e reforma de prédios, etc.

### Apoio Moral

Uma das formas mais relevantes de auxílio prestado pela comunidade é sua solidariedade à escola, ao corpo docente e aos alunos.

Pode-se e deve-se constituir um grupo de pessoas da comunidade que se interessem pelos problemas da escola e se empenhem em descobrir soluções para resolvê-los, seja através da organização dos esforços dispersos de elementos da comunidade, seja através de campanhas que despertem a comunidade para o problema.

A boa condução dos Círculos de Pais e Professôres é um excelente expediente para incentivar a participação da comunidade e a propaganda é indispensável para difundir o papel inovador da escola na comunidade.

